



# OS MILITARES E OS POLÍTICOS DURANTE O IMPÉRIO

MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES

---

*O profissionalismo pressupõe a existência de uma massa crítica de condições materiais necessária ao exercício da profissão, conjugada com o reconhecimento e o prestígio — estímulos vitais da satisfação profissional em qualquer ramo de atividade. Todas as vezes que essas verdades foram menosprezadas, a interferência do militar na vida política do País se fez efetiva.*

*Estas são reflexões que ocorrem a partir da leitura deste artigo, extraído da Revista Marítima (edição janeiro-março do corrente ano). Ele aborda reações ocorridas no Império que se confirmaram no Período Republicano.*

---

**S**ob esse título, procurei alinhar alguns fatos e opiniões, além de tecer algumas considerações sobre a participação política dos militares e os desacertos e confrontos entre as classes política e militar que contribuíram, ao longo do tempo, para a mudança do regime, transformando o Império na República.

O trabalho foi dividido na análise de três períodos: o primeiro, da Independência ao término da Guerra do Paraguai; o segundo, do

pós-guerra até o final da Questão Militar, e o terceiro e último, desse instante à proclamação da República.

## DA INDEPENDÊNCIA AO TÉRMINO DA GUERRA DO PARAGUAI

A análise dos acontecimentos históricos do Brasil independente indica que, com a República — ela própria surgia de um golpe das tropas sediadas na corte,

quando, até o último momento, segundo entende a maioria dos historiadores, a posição de Deodoro era no sentido da derrubada do Gabinete Ouro Preto, mantendo intacta a figura do imperador —, tomou corpo o processo do envolvimento militar, mais do Exército, na vida política nacional.

Se parece correta a consideração da República como divisor de águas do envolvimento militar na vida política e institucional do País, é, por outro lado, razoável conhecer que essa participação não ocorreu de chofre, mas obedeceu a uma longa caminhada pelos 67 anos de Império. Nesse período, as classes políticas representantes do poder civil, ao isolarem e desprestigiarem, principalmente, o Exército, criaram o ambiente de antagonismo que colocou, de um lado, os casacas e, do outro, os militares. O movimento foi brusco com a Regência, ocasião em que providências foram tomadas para afastar os militares das posições de influência política que desfrutavam, reduzir à metade os efetivos do Exército, desprestigiá-lo com a criação da Guarda Nacional e fazer da vida militar o convívio com um sem-número de dificuldades. “Mesmo em campanha, na obra de pacificação do Império ou nas lutas platinas, os vencimentos eram pagos com atraso, entregues os fornecimentos aos regimes da incerteza e da irregularidade, não raro a fome e a angústia de equipamentos fazendo da tropa um corpo de maltrapilhos.” Durante a

Guerra do Paraguai, quando brasileiros morriam nos campos de batalha, as classes políticas entretinham-se em contendas partidárias destituídas de grandeza.

A Constituição do Império, outorgada, por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, após a dissolução da Assembléia Constituinte, autorizava que oficiais no serviço ativo fossem designados senadores, cargo então vitalício, ocupassem posições no Conselho de Estado e se candidatassem à Câmara Temporária, enfim, que participassem da vida política.

Essa postura constitucional se, na opinião de Calógeras, “provou ser um erro, pois conduzia a conflitos entre o dever militar e a disciplina partidária”,<sup>2</sup> representava, sob outro ângulo, a tradição das Casas reais de Aviz e Bragança e os interesses do imperador e de José Bonifácio, preocupados com que a febre dos ideais liberais, emanados da Revolução Francesa e da Revolução do Porto de 1820, levasse à fragmentação do Império em diversas repúblicas, à semelhança do ocorrido na América Espanhola. Assim, o empenho foi por uma Constituição conservadora e com o poder centralizado no imperador. D. Pedro entendia natural a participação política dos militares de origem aristocrática, além da necessidade, que o momento determinava, da lealdade das Forças Armadas, que lhe deram apoio em 1821 e 1823.

O Primeiro Reinado alicer-

cou-se, sobretudo, no Exército e na Armada, sobretudo, no Exército e na Armada, além de no poder político emanado dos fazendeiros e dos que negociavam com o tráfico de escravos. Não havia mercado interno, o comércio era incipiente e a burocracia já constituía enorme peso para um erário empobrecido.

O 7 de abril de 1831, os acontecimentos durante a Regência, a Guerra do Paraguai e a Questão Caxias, a Questão Militar e a Proclamação da República foram os eventos mais significativos em termos político-militares durante o Império.

A procrastinação do problema do escravo — tratado com tibieza por D. Pedro II, pessoalmente favorável à Abolição, mas, politicamente, contemporizador em relação às forças que dominavam o contexto político-econômico, cujo caldo de cultura enxergava apenas a manutenção do *status quo* e de seus interesses imediatos — trouxe ao Império constrangimentos internacionais sérios e atrasou a chegada dos imigrantes, que se mostrariam tão necessários ao desenvolvimento brasileiro, não só com a força de seu braço, mas, sobretudo, com o que trariam em vontade para mudar uma mentalidade rançosa, que fazia o imobilismo sua razão de ser. Os militares, à medida que as gerações se sucediam, percebiam a necessidade de abolir-se a escravatura. Após a Guerra do Paraguai — quando inúmeros escravos alforriados, muitos deles para subs-

tituir seus senhores brancos que fugiam ao dever de defender o Império, constituíram expressivo contingente de nossas tropas, pelejando ombro a ombro com os brancos e mulatos contra o inimigo —, não havia mais dúvida quanto à posição militar. “Imigração e conscrição estavam estritamente associadas à Abolição, pois os militares aspiravam a um Exército de conscritos livres e instruídos, em lugar de escravos coagidos e analfabetos.”<sup>3</sup>

Antes de serem estudados, embora de modo resumido, os eventos citados, é oportuno tecer algumas considerações sobre a origem da oficialidade das forças de mar e terra, sua educação, enfim, tentar, em poucas pinceladas, traçar os seus perfis.

A Marinha nasceu com a Independência. Com a família real, chegou a bordo da Nau *Conde Dom Henrique* a Academia Real dos Guardas-Marinha, que se tornou a nossa Escola Naval. Estava pois garantida a educação acadêmica da oficialidade. Contudo, a Marinha, nos primeiros anos, não possuía, entre brasileiros, oficiais qualificados para o exercício do comando do mar. D. Pedro I percebeu que sem a Armada não conseguiria, com a urgência que se impunha, expulsar os portugueses de suas bases na Bahia, Recife, São Luís, Belém e Montevidéu, o que colocaria em risco a unidade do Império. Optou, então, pela contratação dos serviços de oficiais, predominantemente in-

gleses, e também de praças estrangeiros, entre eles Lorde Thomas Alexandre Cochrane. Assim, os jovens oficiais — futuros comandantes — tiveram, no mar, nas lides do combate e em seus chefes, excelentes mestres e a melhor prática para sua formação profissional, o que contribuiu para que a Marinha Imperial fosse, desde as campanhas da Independência, com o ápice alcançado na Guerra do Paraguai, uma força que se distinguiu pelo profissionalismo.

As reformas de ensino introduzidas na década de 50 tiveram por escopo, principalmente, atender à evolução da tecnologia imposta pela máquina a vapor e pelos novos canhões.

Ao longo de todo o Império, a oficialidade da Armada procedeu, na sua maioria, de famílias bem-sucedidas na escala social, até porque havia necessidade de bens pecuniários para a aquisição do custoso enxoval (prática que, inexplicavelmente, se manteve até 1947). Assim, não dependia de seus vencimentos para viver, era ligada ao Partido Conservador e manteve-se em expressiva maioria monarquista, embora não favorável à escravatura.

O Exército, nos primeiros momentos, à semelhança da Marinha, precisou apelar para mercenários europeus. Desde D. João VI até 1840, a oficialidade tinha duas origens, uma na alta aristocracia e outra nos filhos de militares, funcionários civis e pequenos proprietários de terra, que eram encami-

nhados à carreira das armas por falta de recursos de seus pais para matriculá-los nas escolas de Direito e Medicina ou destiná-los ao comércio. Os de origem aristocrática, com formação superior, não eram exatamente militares profissionais, pois podiam exercer cargos em diferentes atividades fora da profissão. Chegavam ao posto de major, em média, aos 27 anos e ao de general pouco depois dos 40. "O futuro Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes, 1772-1842) entrou para o colégio dos nobres em Lisboa, aos 16 anos de idade. Pouco depois, transferiu-se para a Academia Naval, onde, segundo tudo indica, estudou tão brilhantemente que mereceu o posto de capitão-de-mar-e-guerra aos 21 anos. Considerado demasiado jovem para essa posição, passou para o Exército na qualidade de major. Este nobre mineiro atingiu o posto de general aos 39 anos. Um caso extremo foi o futuro Duque de Saldanha, que foi capitão aos 16 anos e general aos 28. Posição em serviços governamentais era mais uma função da classe social do que técnico-profissional." "Para os da segunda vertente, a origem era o assentamento de praça. Poucos atingiam o posto de capitão e somente a guerra permitia ultrapassá-lo. Em termos acadêmicos, exigia-se pouco para o ingresso: ser alfabetizado e as quatro operações. "Acooptação aristocrática atenua-se a partir de 1824 com a necessidade de concurso de capacidade

para que o cadete passe a oficial.”<sup>5</sup> O Marquês de Herval, Beaurepaire-Rohan, e, mais tarde, Deodoro, entre outros, percorreram esse caminho inicial.

Ao longo da primeira metade do século XIX, os dois tipos de carreira fundiram-se, à medida que os de origem aristocrática deixavam-na cedo e, ainda, por haver mudado o interesse na destinação dos filhos dessa classe social para as escolas de Direito e, em menor número, para os de Medicina. Aos bacharéis, passaram a ser reservados progressivamente os cargos na política e na alta administração pública.

O *Militar*, jornal antigovernamental, publicado por jovens oficiais durante um ano (julho de 1854 a julho de 1855), em razão de um deputado haver proposto uma lei proibindo os oficiais no início de carreira de contratar casamento sem autorização do ministro da Guerra, publicou, em relação ao problema da origem da oficialidade: “Quem se quiser dar ao trabalho de examinar a filiação dos moços que freqüentam a Escola Militar verá que, salvo uma ou outra exceção, eles são todos de família pouco abastada e sem influência para criar-lhes uma posição de onde possam ser úteis a si e a seus camaradas; e quando encontrar algum nome desses que possuem o mágico condão de criar políticos abalizados, estadistas profundos, diplomatas felizes e administradores fecundos, pode de antemão afirmar que é um bas-

tardo, sobrinho pobre, ou parente muito afastado; os filhos, os parentes e pupilos ricos são destinados para os cursos jurídicos...”<sup>6</sup> “Lei de setembro de 1850 revolucionou a estrutura do corpo de oficiais, atribuindo a indivíduos portadores de diplomas da Academia Militar privilégios em relação aos que não possuísem.”<sup>7</sup> Foi sobretudo auspicioso, do ponto de vista profissional, colocar o saber como item de mérito. É interessante observar que até a Guerra do Paraguai havia pouco interesse na formação acadêmico-profissional dos oficiais das armas de infantaria e cavalaria. “Em 1858, o ministro da Guerra separou o curso de engenharia civil da pauta estritamente militar do programa: o curso de engenharia permaneceu no centro do Rio, cabendo ao curso militar mudar-se para a Praia Vermelha (onde esteve até 1904). Os oficiais das armas combatentes deviam freqüentar cada um desses institutos durante um ano, devendo os oficiais de artilharia e estado-maior ficar três anos na Escola Central e, em seguida, dois na Praia Vermelha; engenheiros do Exército cursavam quatro e dois anos, respectivamente. A Escola Central foi transformada em Escola Politécnica estritamente civil em 1874.”<sup>8</sup>

É importante ressaltar o desinteresse existente nas classes políticas e nos brasileiros aristocratas e donos de terra pela profissão de engenheiro. Esse fato explica, pelo menos em parte, a defor-

mação intelectual das chamadas elites brasileiras, inclusive no pouco gosto que ainda hoje devotam às matérias que têm por base a matemática. Sem o domínio ou mesmo ignorando os diferentes ramos das engenharias, foi difícil a essas elites compreender e preparar-se para a revolução industrial, sem esse entendimento, equacionar o desenvolvimento brasileiro. Criou-se, em decorrência, um caldo de cultura dominado pelo palavrório e onde havia a suposição de que o Império poderia continuar a se sustentar na monocultura extensiva, no braço escravo, na especulação mercantilista e na burocracia, todos amparados direta ou indiretamente pelas tetas do Estado. Ademais, em razão da cultura bacharelesca, havia a crença de que bastaria elaborar a lei para que tudo fosse resolvido.

Entre os oficiais do Exército, “os líderes mais esclarecidos, frequentemente treinados como engenheiros, sentiam que o Brasil necessitava de estradas de ferro, pontes e vias de comunicação em geral, bem como de uma campanha contra as moléstias tropicais, para poder progredir. Incluídos neste grupo afeito à modernização estavam o Conde D’Eu, Osório, Pelotas, Maracaju, Rebouças, Ewbank da Câmara, Sena Madureira, Cunha Matos e Tibúrcio; frequentemente não tinham êxito”.<sup>6</sup> O Exército, fruto de suas necessidades profissionais, cuidou bem desse mister.

A educação militar — pelo trato com as áreas ligadas à matemática e à engenharia, pela objetividade e rigor do ensino — formava caracteres diversos daqueles dos bacharéis, preparados para formular e interpretar leis e para a retórica em voga entre os políticos e jornalistas da imprensa partidária. *O Militar*, em abril de 1855, alertava: “Srs. legistas\*, o período de vossa usurpação está acabado... Deixastes chegar a agricultura até às bordas da sepultura... Tendes desprezado e mesmo estorvado com essa teia inextricável de leis e regulamentos.... todo e qualquer desenvolvimento industrial. Tendes comprometido a expansão espontânea do comércio... não lhe fornecendo essas vias por onde sua vida se comunica.”<sup>10</sup>

À origem e à educação parece correto aditar outra parcela que contribuiu para formar o perfil da oficialidade de terra e do mar. Trata-se da própria vida profissional dos que abraçaram cada uma das carreiras. O oficial do Exército — em decorrência de sua presença em diferentes províncias quando das lutas pela independência, pacificação e consolidação do Império, e, após, em comissões normais, impostas pelo exercício da profissão, espalhados pela imensidão do território — foi colocado em contato mais íntimo

\* Designação genérica dos políticos, em voga entre militares; posteriormente, o termo casaca foi mais usado.

com a realidade brasileira que o fez conhecedor de sua terra e de sua gente, o que permitiu que constata-se o marasmo existente e o atraso do Império. É razoável a ilação do auto-incentivo para que opinasse sobre problemas brasileiros e de que essa atitude levasse a parte mais esclarecida da oficialidade a confrontar com a classe dirigente do Império, com evidente conotação política. O oficial de Marinha, mesmo após a Guerra do Paraguai, levou a vida embarcado, em sua maioria, ou nos estabelecimentos de terra, que se destinavam ao apoio técnico e logístico às forças navais. Assim, a vida no mar cerceava-o ao navio, que passava a ser também sua outra família, sua pátria e parte de sua alma. Essa situação tornou-o inteiramente dedicado à profissão e afastou-o, de modo geral, da participação nos problemas políticos. O perfil conservador e de lealdade ao Império foi uma consequência natural para o oficial da Marinha.

## DO PÓS-GUERRA ATÉ O FINAL DA QUESTÃO MILITAR

Adissolução por D. Pedro I da Assembléia Constituinte e a outorga da Constituição, que foi mantida ao longo do Império, foram motivos para o período de hostilidade entre o monarca e o Legislativo. Circunstancialmente de espírito liberal, mas de berço um absolutista, a Assembléia e a Constituição, mesmo a imposta, eram

freios de difícil assimilação cultural pelo imperador. "Volveu-se então para a tropa que ele amava e com a qual estava acostumado a viver; a partir desse momento, o Exército tornou-se suspeito ao Legislativo e este tudo envidou para o enfraquecer, a fim de diminuir o poder imperial." "Conquanto a Campanha Cisplatina fosse impopular, por perceber a Nação que era mais uma questão da Casa de Bragança que um interesse do Brasil, a derrota das armas do Império foi motivada, em parte, pela incompreensão e falta de acordo entre o imperador e o Legislativo, que negava recursos ao Governo para a campanha. A popularidade do imperador era fator importante no sistema por ele instituído a partir de 26 de fevereiro de 1821, "quando o Príncipe D. Pedro legitima, com seu juramento, a revolução portuguesa e passa a conviver diretamente com o povo, sem intermediários, cesariamente. A aclamação é outro golpe da mesma essência — a Nação se corporifica no seu imperador, unido carismáticamente à fonte de sua soberania, anterior às assembléias".<sup>12</sup> Mas sua popularidade começara a diminuir ao final da década e continuou a decrescer com a desconfiança do povo de que tomava decisões políticas em benefício dos portugueses. Aumentava a distância entre o monarca, que tinha a autoridade desgastada, e os brasileiros. A situação passou a deteriorar-se com rapidez. Não só a população opunha-se a D. Pedro,

mas também à tropa, que lhe dera sustentação em 1821 e 1823 e onde já “figuravam numerosos brasileiros, tanto entre os oficiais como entre as praças. Militares e civis fraternizavam francamente”.<sup>13</sup> “O Exército não era mais instrumento obediente ao imperador, como nos dias de novembro de 1823. Estruturado por D. Pedro, não se amesquinhou ao papel de guarda pretoriana.”<sup>14</sup> O 7 de Abril, consequência do veto da população ao gabinete escolhido por D. Pedro, ocorreu porque o Exército não mais o apoiava. A classe política, mesmo com o apoio do povo do Rio de Janeiro concentrado no Campo de Santana, não haveria de conseguir o que perseguia sem o apoio militar.

A presença política do Exército continuou logo após o 7 de Abril, com a aliança que os políticos moderados, os *chimangos*, ao centro, buscaram com a tropa, para poderem excluir os exaltados, *farroupilhas* ou *jurujubas* à esquerda, e os *caramurus*, restauradores saudosos de D. Pedro I, à direita. A Regência Trina Provisória era composta, além de Vergueiro e do Marquês de Caravelas, por Francisco Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, que tivera papel o mais saliente à frente da tropa no movimento contra o imperador. Contudo, “a obra da Regência, conduzida pelos moderados, não se esgota no afastamento dos exaltados e na anulação dos restauradores. Para subsistir devia libertar-se de outras

forças e buscar uma base estável de poder. O Exército seria, desde logo, excluído das decisões políticas, envolvido, subversivamente, em conjurações e complôs frustrados, depois que o 7 de abril despertou-lhe novos horizontes políticos”.<sup>15</sup> O mecanismo usado por Feijó, ministro da Justiça da Regência para neutralizar um exército que se tornara deliberante, foi a criação da Guarda Nacional, na jurisdição do ministério da Justiça, em substituição às Milícias e Ordenanças, forças da reserva, sob a autoridade do ministro da Guerra. O propósito do ato de Feijó era o de contrabalançar, nas províncias, o poder político do Exército, inclusive pela desconfiança da participação de militares em movimentos republicanos. A estruturação da Guarda Nacional determinava-lhe conteúdo monárquico e escravagista, além de agente dos interesses políticos do poder central. Concomitantemente, efetivos do Exército foram diminuídos de 30 para 15 mil homens e reduzido o orçamento das duas forças. A Guarda Nacional certamente foi empurrada pela garganta dos militares mas não por eles digerida, e com isso contribuiu para o descontentamento da tropa de linha.

As Regências foram épocas de dificuldades políticas somadas a tumultos, desordens, motins, revoltas e revoluções em diferentes províncias. O Maranhão foi apaziguado em 1832, o Amazonas em 33, o Ceará em 34, Pernambuco

em 35 e o Pará em 37. Balaiada, Praiaira, Sabinada e Cabanagem são nomes gravados na História do Brasil. O mais grave movimento de contestação ao poder central, contudo, foi a guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, em razão do longo tempo de sua duração (1835-45), das forças envolvidas e, sobretudo, por sua localização geográfica. Em razões as mais breves, duas foram as causas que determinaram esse estado de coisas: o descrédito na autoridade do poder central e o desejo, nem sempre claro, de secessão com o surgimento de repúblicas. "As regências, governos provisórios que eram, não possuíam energia precisa ou coisa que se comparasse com a força ingênita dos detentores constitucionais e permanentes do poder."<sup>16</sup>

D. Pedro II cuidou, ao início de seu reinado, da pacificação do Império — quando, uma vez mais as forças de terra e mar atuaram decisivamente — que foi selada com as vitórias sobre as revoltas em Minas e São Paulo, em 1842, no Rio Grande do Sul em 1845, pondo fim à Revolução Farroupilha e, em Pernambuco em 1848 e 1849. A tranquilidade para o exercício do governo estava assegurada.

A Guerra da Tríplice Aliança contra Francisco Solano López foi o fato histórico de maior importância durante o Império, o que demandou as maiores dificuldades em seu tratamento a nível de governo e aquele que maior número de seqüelas deixou.

As dificuldades enfrentadas avolumaram-se em razão do despreparo das forças brasileiras ao início do conflito. É razoável relembrar que coube ao Império fornecer à Aliança os maiores contingentes de homens e material.

Acrescentou-se o espírito de luta do soldado paraguaio, cuja vontade, disciplina e lealdade a López levava-os à beira do fanatismo, na defesa do solo pátrio. A essas constatações de ordem militar somou-se a inexistência da unidade política necessária à condução da guerra, o que, inequivocamente, prejudicou o desenrolar das operações na frente de combate. Tal insensatez — que se tornou mais acentuada após a designação do Marquês de Caxias, conservador, pelo governo liberal, para o comando das forças brasileiras de terra e mar — levou o comandante-em-chefe a pedir exoneração, o que gerou a chamada Questão Caxias. Esse estado de coisas frutificou no pós-guerra, quase semente adubada em solo fértil, na confrontação entre a classe política, os casacas, e os militares, em uma série de eventos que recebeu o nome de Questão Militar, que determinou a antecipação da Abolição e, mais que qualquer outra causa, a Proclamação da República.

Sobre a situação ao início da guerra, "dois fatos gerais explicam toda a desordem havida: o primeiro — ocasional — a nossa imprevisão de todo o procedimento de López — quando a diplomacia

do Império assumiu o postulado de que as fortificações de Humaitá, onde trabalharam engenheiros militares brasileiros a pedido do governo paraguaio, seriam utilizadas contra a reconstrução do vice-reinado e nunca contra o Brasil, e "do dogma criado pelos conservadores de que a aliança com o Paraguai era o principal interesse do Brasil no Prata" —; o segundo, *permanente, essencial, o enfraquecimento de todo o sistema militar do Império.*" (grifos do autor)

Quando, em 1862, ocorreu a questão inglesa, o País constatou que estava inteiramente desarmado, sem Exército e sem Marinha; que não fez senão dormir na paz e na tranquilidade de um sono militar de vinte anos, mais de uma geração — interrompido apenas pelo golpe contra Rosas. Há então uma reação. A atenção volta-se para as defesas do país, mas somente para o estado de nossas fortalezas, meros simulacros à entrada do Rio de Janeiro e da Bahia, como provaram ser diante da *Fragata Forte* e, depois da *Wachusett*. A política, mais forte que todas as preocupações, envolvia, estragava, enferrujava todas as molas do serviço público (...) "A verdade é que a censura de desconhecer as condições militares e a força perturbadora do Paraguai, causa da imprevisão notada, aplica-se, sem exceção, desde o Imperador a todos os partidos, governos, homens públicos, diplomatas e militares da época."<sup>17</sup> Contudo, *O Militar*, denunciando a falta de preparo mili-

tar do Brasil, perguntara se a Guarda Nacional e os índios eram capazes de defender-se "contra uma nação de 250.000 habitantes, onde cada homem é um soldado". A despeito de ter sido a década posterior à queda de Rosas, proveitosa para a instrução militar, pequenos foram os esforços do governo no sentido de preparar seu exército para uma guerra de envergadura, registra e comenta John Shultz.

No tocante à desunião e aos desacertos da classe política em relação à conduta da guerra, são registradas algumas, entre muitas outras situações:

Durante a campanha do Uruguai, entre a partida de Saraiva, plenipotenciário e a chegada de Paranhos, "o árbitro de nossa posição no Prata ficou sendo o Almirante Tamandaré (...) durante a missão Paranhos, Tamandaré parece, com efeito, ser a primeira figura para o governo do Rio".<sup>18</sup> Dessa situação resultou o sacrifício do plenipotenciário, saindo-se Tamandaré prestigiado pelo imperador.

No auge da crise, Paranhos lembrou ao Governo o nome do Marquês de Caxias para substituir o General Mena Barreto, que se encontrava doente, no comando das tropas de terra, e do Vice-Almirante Joaquim José Inácio, o futuro Visconde de Inhaúma, para o lugar de Tamandaré no comando da esquadra do Prata. Se não fazia sentido a substituição de Tamandaré, o mesmo não poderia ser ar-

gumentado em relação a Mena Barreto, inclusive pelo apoio recebido por Caxias do ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan. "As dificuldades surgiram quando, instado pelo ministro, Caxias condicionou sua aquiescência à nomeação para presidir a província do Rio Grande, alegando que nesse posto e só nele poderia livremente dispor da Guarda Nacional, a principal força com que poderia contar na província, em caso de invasão paraguaia, e que não dependia do Ministério da Guerra".<sup>19</sup> Assim fora quando Caxias assumira o comando para terminar com a Revolução Farroupilha. Do ponto de vista político-partidário, isto é, do Partido Liberal que se encontrava no poder, entregar a um conservador o governo da província e a Guarda Nacional era assunto que não seria colocado em discussão. "Entre os senadores do Rio Grande do Sul, figurava, desde 1845, o Marechal Luis Alves de Lima e Silva, Marquês e mais tarde Duque de Caxias. Era fervoroso conservador e por duas vezes fora ministro e presidente do Conselho. Suas opiniões pesavam muito nas deliberações conservadoras, e sua investidura política o tinha levado a intrometer-se nas pelepas partidárias. Daí lhe adviera funda desconfiança para com seus adversários."<sup>20</sup> O problema foi encarado pelo Governo como de política-partidária, o que era uma abordagem inadmissível, pois ignorava a solução do comando militar que se impunha em momento da maior

gravidade, porquanto o que estava em jogo era a defesa do Império, prestes a ser agredido. "Numerosos eram os generais de toda a graduação aptos para comandar tropas e as levar valentemente ao combate: mas o Brasil só possuía um estrategista, e este era o marquês."<sup>21</sup>

"Diante da obstinação do general em manter sua condição, o ministério fez um apelo ao soldado que devia obediência. Era uma razão política envolta numa imposição militar. E Caxias, mais militar do que político, não duvidou em alegar, por sua vez, uma razão política. Era soldado, mas era senador, e dependeria sua ida de uma licença no senado, onde contava com a maioria conservadora."<sup>22</sup>

Caxias permaneceu na Corte. Beaurepaire Rohan pediu exoneração e foi substituído por Silva Ferraz, inimigo político do marechal.

"Até López pedir à República Argentina, em janeiro, permissão para atravessar Corrientes, era razoável tratar a contingência da invasão do Rio Grande como inverossímil, abrigado como ele estava pela fronteira neutra intermediária. Depois daquele pedido, um segundo ato de loucura da parte de López, como fora atravessar o território argentino a despeito do *Casus belli* declarado, não tinha o mesmo grau de inverossimilhança que antes. Não era ainda provável, mas já obrigava a proteção da fronteira contra qualquer empresa possível. É depois da invasão de Corrientes,

em meados de abril, que o ataque ao Rio Grande se torna provável, se não certo, e, desde então, tudo impelia a guarnecer as passagens do Uruguai. Sobrevém, entretanto, nessa ocasião, a crise ministerial no Rio de Janeiro, com todas as conseqüências que a mudança de gabinete sempre trazia, tanto mais que a passagem do poder dos Históricos para os Progressistas equivalia, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde cada grupo ou partido tinha o seu general, a uma mudança de situação, ou, pelo menos, a um profundo abalo entre os chefes militares. Acrescentou Nabuco: "A província está dividida entre três partidos que não assinaram trégua durante a guerra, o Liberal, o Conservador e o Baronista, por causa do seu chefe, o então Barão de Porto Alegre. (...) As questões da guerra eram todas vistas politicamente."<sup>23</sup>

As passagens do Uruguai não foram guarnecidas. O Brasil foi invadido. Após a vitória naval do Riachuelo (11.06.65) e o sucesso das armas brasileiras em Uruguaiana (18.09.65), ante a temeridade do avanço de Estigarribia, o Paraguai é invadido, mas a guerra tida como vencida estagnara.

Em 22 de setembro de 1866, pouco mais de um mês do governo liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que sucedera o gabinete liberal do Marquês de Olinda, as forças da Tríplice Aliança sofreram grave derrota em Curupaiti. A situação difícil na frente de combate levou o ministério, em outubro, a

nomear Luis Alves de Lima e Silva, comandante-em-chefe das forças brasileiras no teatro de operações. Tudo leva a crer que não existia alternativa, pois Caxias era o grande estrategista. Do ponto de vista político-partidário, contudo, duas dificuldades tiveram que ser vencidas: o gabinete liberal e o Ministro da Guerra Silva Ferraz. O momento impunha o sacrifício do ministro, pois não poderia haver arestas entre ele e o comandante do teatro de operações. Mas, "sacrificando o seu ministro da Guerra à necessidade de mandar para o Paraguai o Marquês de Caxias, Zacarias tinha de antemão assentado a própria demissão, no caso de ser com ele a nova incompatibilidade do novo comandante-em-chefe. Onde fora dispensado o ministro da Guerra, podia bem ser dispensado o presidente do Conselho. Esse era o fato que dominava a situação política: o gabinete estava à mercê do seu general e com ele a situação."<sup>24</sup>

Do ponto de vista militar, preliminarmente, há que ser registrada a questão do comando, não só ao que concernia estritamente às forças brasileiras, às quais faltava a unidade necessária, mas também ao comando das forças da Tríplice Aliança, uma vez que "Bartolomeu Mitre, comandante-em-chefe dos aliados, via-se coato em sua missão pelas perturbações da ordem na Argentina".<sup>25</sup> Tamarandé e Inchausti desconfiava da República Argentina e receavam levantes da parte dos argen-

tinou à retaguarda das forças em campanha. Assim, não cumpriram a vontade de Mitre quanto ao emprego das forças navais, e, por isso, eram por ele acusados de *inércia*, quando era exigido o máximo de eficácia nas ações empreendidas. “O General Osório retira-se para o Rio Grande alegando doença — mas, em realidade, nem ele, nem o General Marques de Sousa, o futuro Conde de Porto Alegre, concordavam com a direção dada por Mitre.”<sup>26</sup>

Ao assumir o comando das forças brasileiras, Caxias, além dos problemas de relacionamento dos comandos, encontrou suas tropas estagnadas ante o quadrilátero de Humaitá, consumidas pelas epidemias, talvez mais do que pela ação do inimigo. Compreendeu, então, que as dificuldades a enfrentar eram, principalmente, de ordem logística — afinal os exércitos operavam em terreno desconhecido, sem mapas, a distâncias enormes de suas bases — e, com a paciência e a persistência que se impunham, procurou solucioná-las. Ao assumir o comando das forças aliadas, com o retorno definitivo de Mitre a Buenos Aires, já havia acertado as diferenças com a Esquadra e conseguido a unidade de comando indispensável. “A verdade é que Caxias não parou, e o comando das forças aliadas ensajara-lhe o exercício pleno do comando e da direção geral das operações e só então, no primeiro papel poderia dar a exata medida do seu valor.”<sup>27</sup>

Os políticos do Partido Liberal e sua imprensa, entretanto, não aceitaram a designação de Caxias e o sacrifício do ministro da Guerra, e acusavam o general “de não dar ao curso da guerra uma energia suficiente”.<sup>28</sup> Caxias queixava-se de que o Governo não lhe dava os meios que solicitava. Prevaleciam os interesses menores, e as questões partidárias nunca deixavam de existir. “Exércitos, baixas, mortes, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se como coisas distantes, assuntos para discussões de oposição ou de críticas a governos, ocasião para considerações entre liberais e conservadores no campo de oficiais. Entrementes, o sangue brasileiro corria em regatos e ondas. O pavoroso egoísmo das classes civis não podia ser mais profundamente impatriótico”.<sup>29</sup>

No dizer de R. Magalhães Júnior, Caxias era “criticado desca-bidamente pela imprensa liberal, que ia aos extremos do desvario, negando-lhe até mesmo a capacidade profissional e pondo-lhe apelidos degradantes. Caxias, por sua vez, não escondia o desapeço em que tinha o chefe do gabinete, o famoso Zacarias”.

Em 8 de agosto de 1867, de Tuiú-Cuê, Caxias escreve à sua mulher: “Não tenhas cuidado de minha sorte, porque Deus é grande e eu sou fatalista, se tiver de morrer tanto hei de morrer estando aqui como lá, há de ser o que Deus quiser, pois estou muito tran-quilo e cumprindo sempre o meu

dever, não me acusa a consciência de ter nunca facilitado estas coisas; quando todos diziam que isto era muito fácil, você sempre me ouviu dizer que era a guerra mais difícil que se poderia fazer na América do Sul." Essa postura, a da guerra fácil, era encontrada principalmente no meio civil, estimulada pelos políticos e pela imprensa partidária. É provável que as vitórias do Riachuelo e em Uruguiana, seguidas da invasão do território paraguaio houvessem estimulado "as esperanças com que no Brasil, antes de Curupaiti, e mesmo depois da nomeação de Caxias para o comando, se encrava o desfecho da luta". Mas, não eram só os brasileiros que estavam contaminados com o vírus da vitória fácil. É célebre a frase de Mitre, logo após o rompimento das hostilidades: "Em 15 dias nos quartéis, em um mês de campanha, em três meses em Assunção." Contudo, não existe registro de pronunciamentos de Caxias nesse sentido. "O López", continua Caxias, "não quer me dar batalha em campo raso, e só me espera atrair de suas trincheiras, onde não me convém combater, não só porque nossos soldados são na maior parte recrutados vindos para cá há 3 ou 4 meses e tirados dos escravos de má conduta que os senhores se queirão ver livres deles, como porque seu número não é suficiente para bater os soldados de López, disciplinados e muito bem fortificados."

E quem era o soldado guarani? Eis o testemunho de Juan

Bautista Alberdi, "o mais poderoso publicista argentino", opositor de Mitre, inimigo do Império, de posição contrária à Confederação Argentina haver assinado o Tratado da Tríplice Aliança e admirador de López: "O Exército paraguaio é numeroso relativamente ao seu povo. Todo cidadão é soldado, e como não há um cidadão que não seja proprietário de um terreno cultivado por ele e sua família, cada soldado defende o seu próprio interesse e o bem-estar de sua família, na defesa que faz do seu país (...) Todo soldado paraguaio sabe ler e raro é o que não sabe escrever e contar. Essa condição não é a do escravo em nenhum país moderno; e se a leitura preparasse ao servilismo, os países livres não a propagariam no povo como elemento de liberdade."<sup>30</sup> Caxias escreve em despacho privado ao imperador, em 18 de novembro de 1867: "Todos os encontros, todos os assaltos, todos os combates havidos desde Coimbra até Tuiuti, mostram e sustentam de uma maneira incontestável que os soldados paraguaios são caracterizados de uma bravura, de um arrojo, de uma intrepidez e de uma valentia que raia a ferocidade sem exemplo na história do mundo; (...) longe de economizar uma vida, parece que buscam com frenético interesse a ocasião de sacrificá-la por outra vida ou por muitas vidas de seus inimigos (...). Vossa Majestade houve por bem encarregar-me muito especialmente do emprego do ouro para, acompanhado

do sítio, aplinar a campanha do Paraguai, que vinha fazendo-se demasiadamente longa e carregada de sacrifícios, e aparentemente impossível pela ação das armas; mas o ouro, Majestade, é matéria inerte contra o fanatismo pátrio dos paraguaios desde que estejam sob o olhar fascinante e o espírito magnetizador de López."<sup>31</sup> Continua Caxias sua missiva à esposa: "(...) Apesar de tudo, se a Esquadra passar Humaitá a guerra se acabará muito breve e, caso contrário há de durar muito. Mas eu, dada a batalha, ou provado que a Esquadra não pode subir o rio, peço demissão, porque já estou cansado e doente."<sup>32</sup> Esta correspondência deixa transparentes as amarguras de Caxias ante as críticas injustas que recebia, diz da má qualidade dos soldados que lhe eram enviados e concede à Esquadra posição decisiva no desenrolar da guerra.

É interessante, no contexto apresentado, a citação de excertos do parecer do Conselheiro Nabuco de Araújo sobre a alforria dos escravos para lutarem no Paraguai, submetido ao Conselho de Estado, provavelmente em abril de 1867. Da leitura do parecer depreende-se, entre outros aspectos, o estado de espírito em que viviam o País e a corte, em razão da guerra, a fragilidade política da Tríplice Aliança, o impatriotismo dos políticos e a razão de Caxias quanto à qualidade da tropa que era colocada pelo Governo à sua disposição: "Senhor! O estado da

guerra é deplorável; pelo que dizem as correspondências, o nosso Exército não tem forças para empreender as operações que a situação vantajosa do inimigo exige. Entretanto, a prolongação da guerra com a pequena República do Paraguai nos desaira aos olhos do estrangeiro (desde então já existia esse tipo de preocupação...). E o nosso povo desanima porque o seu caráter é o *entusiasmo* e não a *perseverança* (grifos do autor). Vossa Majestade, porém, que está à frente da Nação, deve continuar no empenho glorioso de salvar a dignidade, não obstante a indiferença e a inércia que se vê; deve conjurar as contingências de uma paz, que será uma vergonha para a geração presente, uma indignação para as gerações futuras.

"É preciso reforçar o Exército e reforçá-lo desde já, para que ele possa sair da posição apertada em que se acha, e dividir-se, se for necessário empreender diversas operações em diversos pontos.

"Mas espera o Governo, só com recrutas, guardas nacionais e voluntários reforçar o Exército com o número que ele exige e com a urgência que as circunstâncias reclamam? A consulta dirigida ao Conselho de Estado revela que não. Eu também não tenho esta esperança. Podemos levantar uma força poderosa, mas tarde.

"Entretanto, podem sobrevir circunstâncias que alterem o estado atual das coisas, como sejam o rompimento da Aliança, a me-

dição da Europa ou da América do Norte, a cooperação da Bolívia, a guerra civil na República Argentina ou Oriental, e, pois devemos prepararmo-nos antecipadamente para prevenir tudo.

“Um complexo de causas concorre para a dificuldade que estamos tendo para reforçar o nosso Exército com urgência. São, entre elas, a falta de recenseamento, a qualificação defeituosa da guarda nacional, o nosso vasto território, a população disseminada, a ausência de tropa regular para seguir e apreender os refratários, as intrigas políticas que convertem em perseguições uma causa nacional (...). Em todo caso, a guerra nos será ainda mais desastrosa e nos aniquilaria, se por levamos em massa, se por medidas violentas, que talvez causassem profundas reações, tirássemos à indústria e à lavoura os braços que nelas se empregam.

“Nestas circunstâncias, é preciso fazer o que as outras nações fazem quando lhes é difícil mobilizar forças; ou o engajamento de estrangeiros ou a alforria dos escravos (...). Resta o recurso dos escravos, escravos principalmente das capitais, onde o seu serviço pode ser bem substituído por braços livres, onde a sua aglomeração é um perigo à ordem pública”.

A consideração a ser feita é a de que os escravos das capitais pelo tipo de trabalho que executam e por se constituírem em um perigo

à ordem pública, quando em aglomerações, não poderiam tornar-se um exemplo de disciplina como assinala adiante. A pergunta seria: se a ausência do trabalho que faziam esses escravos não era de fazer moessa à lavoura e à indústria, por que não mandar para a frente de combate os homens livres que facilmente os substituiriam?

Estava pleno de razão o Marquês de Caxias nas observações que iria fazer a sua mulher sobre a qualidade dos aforriados que eram selecionados para a luta.

“Este meio seria odioso se os escravos fossem tais depois de soldados (...) Mas não é assim, os escravos comprados são libertos, e por consequência cidadãos soldados. É a Constituição do Império que faz o liberto cidadão (...). Assim ao mesmo tempo e pelo mesmo ato, se faz um grande serviço à emancipação, que é a causa da civilização, e outro grande serviço à guerra, que é a causa nacional: assim adquirem-se soldados devotados pelo reconhecimento da liberdade, disciplinados pelo seu hábito de obedecer (...). Mas, nem em um, nem em outro caso a nação manifesta impotência, porque, como já tive a honra de dizer, muitas vezes as nações têm recorrido aos estrangeiros, como podem recorrer aos escravos aquelas que os tiverem, só pela dificuldade de mobilizar forças nacionais, ou porque querem poupar os braços que estão aplicados à indústria e à lavoura (...) Entretanto as nações ci-

vilizadas\* não de aplaudir este ato que, interessando à guerra, interessa também à emancipação.”<sup>33</sup>

O parecer do eminente Conselheiro Nabuco de Araújo, visto nos dias que correm é, portanto, fora do seu momento histórico, encerra, no mínimo, alguma dose de cinismo.

Retornemos à narrativa dos acontecimentos.

O Marquês de Caxias, sentindo-se desprestigiado e sem a cobertura do Governo, solicita exoneração do comando, em ofício que chegou à Corte em princípio de fevereiro. “Em realidade, não é senão o desfecho de um longo período de deterioração entre o Governo e o general”.<sup>34</sup> O motivo alegado foi o de saúde. As verdadeiras razões, Caxias transmite-as a Paranaguá, e estas estavam ligadas às discussões havidas sobre sua atuação na guerra, em razão de artigos veiculados pela imprensa. Destaca o editorial publicado no *The Anglo-Brazilian Times*, em 7 de janeiro de 1868, de autoria de seu diretor William Scully. Talvez este tenha sido o artigo que mais ferisse o amor-próprio do ilustre brasileiro. Nele predominam a ironia, o desrespeito e a citação de nomes de generais, também destacados chefes, como mais capazes de conduzir a guerra a bom termo, em menor período de tempo: “não fal-

tavam no Exército os Osórios e os Porto Alegres, capazes de conduzi-lo a um nutrido ataque a todas as posições do inimigo”.<sup>35</sup> A causa de tudo, “ao menos ostensivamente”, dizia na carta, é o prolongamento da guerra, “atribuindo um foliculário inglês, no Rio de Janeiro, à tibieza, frouxidão e não sei que mais de minha parte”. E não era tudo: as críticas do jornal inglês foram endossadas por um diário que era editado também na corte em português, e que se dizia, com razão ou sem ela “inspirado por um membro do Governo”. E como fosse estranhado que o próprio jornalista estrangeiro recebesse auxílio dos cofres públicos, confirmou-o o próprio Governo pelo *Diário Oficial*, dizendo que, efetivamente, o Governo subvencionava o *The Anglo-Brazilian Times*, mas apenas para que a mesma folha e seu diretor William Scully defendessem, fora do País, “os interesses da imigração” (...) Dizia Caxias a Paranaguá que os fatos por ele relacionados serviam para “robustecer, senão confirmar”, as suspeitas de que, a seu respeito e a respeito da guerra que vinha o País sustentando, não podia contar com a indispensável solidariedade do gabinete. “Talhado para a luta, diz Caxias, eu nunca a provoquei, mas também nunca a temi, nem a temo, quando franca e descoberta. Tive porém sempre asco à simulação e a essa pequena guerra de alfinetes.”<sup>36</sup>

Parece quase certo que Caxias, ao solicitar sua substituição,

\* É atávico-cultural a preocupação com a necessidade de acharmos que devemos satisfações desse tipo “às nações civilizadas”...

na verdade não desejava afastar-se do comando, mas sim confrontar-se com o gabinete liberal de Zacarias, pois entendia que com os conservadores no poder, e esse era o pensamento de D. Pedro, a política da guerra seria melhor conduzida. O que não poderia ser negado, no entanto, é que o paciente trabalho de preparação para a arrancada final realizado com poucas perdas de vidas, estava concluído. Sua implementação dependia da Esquadra vencer em Humaitá.

Caxias fora designado comandante-em-chefe pelo governo liberal. Se a este governo não agradasse o seu desempenho, caberia a este mesmo governo substituí-lo, mas nunca incentivar, inclusive pela omissão, que solapasse sua autoridade. Se o gabinete Zacarias mantinha Caxias no comando, haveria que o apoiar com *palavras e atos*, mesmo que não o fizesse em *pensamentos*.

A chamada Questão Caxias estava criada e resumia-se em saber se o imperador atenderia o pedido do seu general ou a demissão do gabinete.

"A reunião efetuou-se em 20 de fevereiro, isto é, no dia seguinte ao da passagem de Humaitá, à hora em que nossos encouraçados demandavam Assunção, um mês antes de Caxias romper no Sauce a linha de fortificações do quadrilátero."<sup>37</sup> (...) Foram discussões difíceis, pois a guerra prolongava-se e exauria os recursos do Império, em vidas e di-

nheiro, o que obrigava o Governo a contrair novos empréstimos com os bancos ingleses. Quando tudo parecia acertado no âmbito do Conselho, que se posicionou contra qualquer demissão, do gabinete ou de Caxias, o imperador não crê suficientes os pareceres, usa da palavra e conclui com a pergunta: "qual julga o Conselho mal menor, a demissão do general ou a do ministério?". Os conselheiros vão se pronunciando, colocada a questão desse modo, "contra a primazia da espada", até que toca a vez a Nabuco de Araújo, que, embora *ministerialista*, propõe a queda do gabinete e a manutenção no cargo do comandante-em-chefe: "(...) e à vista da ansiedade pública pela terminação da guerra, entendo que a demissão do ministério é o mal menor. Por outro lado, o ministério, fraco pela luta que tem vivido, não tem força para a demissão do general; há de sublevar maior luta e sucumbirá pela impopularidade, tomada sobre si a demora da guerra."<sup>38</sup> O voto de Nabuco altera o momento; após ele, outros conselheiros o acompanham com o que a unanimidade que se pronunciava é quebrada. "Essa atitude de Nabuco, liberal, governista, detém o pânico dos conservadores, o medo de estarem sustentando o pronunciamento de um general de sua feição (...). O gabinete, porém saía mortalmente ferido pelo dilema imperial (...). O voto de Nabuco, sobretudo por ser ele ministerialista, o havia esmagado. Nabuco apontava o

tremendo perigo para as instituições, de tal precedente, mas rendia-se à necessidade da situação."<sup>39</sup>

O Ministério permaneceria, mas totalmente sem força. O desejo do imperador era o de colocar os conservadores no governo, como admitiu anos depois, por julgá-los mais aptos à condução da guerra, mas o fez quebrando as normas e os costumes políticos para a substituição de gabinetes, o que levou os setores liberais a qualificarem o ato como no limiar de um golpe de estado.

Zacarias, porém, pronuncia em junho, na Câmara, a palavra fatal, caudilhagem: "A mudança de política interna não se pode operar por influência da espada e imposição da caudilhagem." Quem é o caudilho? Pergunta o *Diário do Rio*, "É o Marquês de Caxias! A caudilhagem é o Exército e a Armada! O que o Conselho de Estado procurava impedir, em fevereiro, rompe com estrondo no Parlamento, na imprensa: a luta entre o Presidente do Conselho, que se sabia condenado, e o general-em-chefe vitorioso, porque já agora, dominava com os encouraçados todo o Rio Paraguai e envolvia por terra Humaitá."<sup>40</sup> O ataque descabido configura-se em mais uma injustiça, pois essa vontade era "alheia aos propósitos de Caxias, infenso a qualquer veleidade militarista ou caudilhistas".<sup>41</sup> Os liberais procuram, ainda, jogar Osório, liberal, contra Caxias. "Osório era e será apresentado desde então pelos li-

berais, como a vítima da emulação de Caxias, quando não houve mais leal chefe do que este para um bravo às suas ordens."<sup>42</sup> (...) Zacarias, fora do gabinete, passa a tecer críticas ásperas ao próprio imperador; os liberais mais exaltados saíram do partido para criar o núcleo do Partido Republicano. "Da queda de Zacarias datam os pródromos da desintegração da instituição da monarquia. O Império estava sendo combatido pelos próprios monarquistas, por competições baixas e egoísticas de candidatos a pastas, a ignorância da disciplina e dos alvos reais do esforço partidário."<sup>43</sup>

Mas a esta altura — ultrapassada Humaitá, a 19 de fevereiro, por três navios brasileiros, aos quais se juntaram cinco dias depois dois encouraçados e um monitor, com feito idêntico a 24 de julho por mais três encouraçados, tendo sido o bombardeio naval, sob o comando do Vice-Almirante Joaquim José Inácio, agora Visconde de Inhaúma, iniciado a 16 de julho (data de ascensão do gabinete conservador de Itaboraí), em coordenação com a chegada das tropas de Osório à beira do fosso da fortaleza — o destino da guerra estava selado. A 26, os comandados de Caxias penetraram no reduto e, a 5 de agosto, os remanescentes paraguaios que deram cobertura para a retirada renderam-se, abrindo o caminho para o Norte. Em face da vitória, "constou que o ministério, contra o parecer do monarca, já pensava em dar a

guerra por terminada. Restava, no entanto, organizar as forças para a decisiva arrancada, o que requeria ainda uns poucos meses".<sup>44</sup> No mês de dezembro ocorre uma série de importantes vitórias. A primeira delas, no dia 6, no Arroio Itororó: "Cruenta batalha travou-se, então, em torno da ponte. Dois grupos de exército foram sucessivamente engajados nos combates e estes apenas cessaram por volta das 13 horas, depois que o Marquês de Caxias" — aos 65 anos de idade — "ao ver periclitante a decisão atirou suas últimas reservas na luta e colocou-se à testa dos batalhões, brandindo a espada sobre a cabeça e pedindo que o seguissem os que fossem brasileiros."<sup>45</sup> A longa vida militar do respeitado soldado sublinhara-se em Itororó! Seguiram-se as vitórias de Avaí, a 14, Lomas Valentina, de 21 a 27, e Angostura, a 30. No dia 1.º de janeiro, a brigada de infantaria sob o comando do Coronel Hermes Ernesto da Fonseca começa a ocupação de Assunção. Caxias, a 5, entra na capital paraguaia à frente das tropas aliadas. "E são os esplendores da *dezembrada* que permitem reconhecer a importância da fase preparatória, sem brilho exterior e forçosamente lenta, diante dos imprevistos e embaraços de repente surgidos. E que permitem fazer justiça ao marquês e suas *delongas*, tão duramente criticadas. À infatigável diligência de Afonso Celso, um moço de apenas 30 anos de idade, quando se inaugura o 3 de agosto\*, fizera o impos-

sível para dotar a frota brasileira de unidades capazes de preparar definitivamente a vitória. E a Caxias, que desde 13 de janeiro vinha arcando sozinho com as responsabilidades do comando, deve-se a direção das operações no período mais importante da luta."<sup>46</sup>

Ocupada Assunção, entendeu Caxias haver cumprido sua missão, por não mais existir exército inimigo a combater. Do ponto de vista técnico-militar a guerra estava acabada. "O próprio Osório não pensava de modo diverso: em carta à mulher, datada de 1.º de janeiro, falava já em guerra terminada (...). E, a 9 de fevereiro, ainda escreverá ao mesmo Osório, agora Marquês do Herval, o General Vitoriano Monteiro, falando em "guerra concluída".<sup>47</sup>

O regresso de Caxias a 16 de janeiro "explicava-se por esta convicção e ainda por se achar gravemente enfermo", segundo disse em ordem do dia, tendo tido licença do Governo para tratar-se no Brasil".<sup>48</sup>

A opção pela paz era o pensamento de muitos brasileiros à época, entre eles o próprio Itaboraí, que antes de ser chamado a organizar o gabinete conservador de 16 de julho, manifestara-se sobre a necessidade de paz imediata. José Bonifácio, o moço, liberal, pouco antes da queda do gabinete Zacarias, dizia: "destruamos seus baluartes firmando a liberdade flu-

\* N.A. — Posse do gabinete liberal de Zacarias.

vial, limitemos suas forças e a deixemo-lo(a López) em paz". (...) Quanto à posição de D. Pedro, punha o maior empenho no extermínio do poder de López, mesmo à custa do quase extermínio de um povo tiranizado pelo mesmo López, pode escrever Capistrano de Abreu: "A Guerra do Paraguai irrompera em situação liberal: cumpria obter a cumplicidade conservadora." É ainda Capistrano de Abreu quem, tentando explicar o ato de Caxias, tão censurado então pela oposição liberal, de dar por finda a guerra sem ter liquidado López, escreve: "continuar a guerra era colaborar com López, para o aniquilamento de um povo. Prendê-lo era tarefa de somenos para quem tinha atrás de si o passado altivo".<sup>40</sup> Chiavenato, sem precisar, como na citação anterior, sua fonte, embora indique pertencer à correspondência entre Caxias e o Imperador, transcreve em defesa da posição tomada pelo general: "quanto tempo, quantos homens, quantas vidas e quantos elementos e recursos precisaremos para terminar a guerra é dizer, para converter em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto no ventre da mulher."<sup>50</sup>

Não cabe ao escopo do trabalho a busca dos motivos que levaram o Imperador a decidir pela continuação da guerra, enveredando pela Campanha da Cordilheira.

"Militarmente, a Guerra do Paraguai será sempre um pro-

blema insolúvel: as críticas que em qualquer tempo venham a ser formuladas pecarão sempre pela base, pela falta de conhecimento, por parte do historiador, das condições e circunstâncias do momento. A verdade que domina a crítica de todas as operações efetuadas está nestas palavras do duque de Caxias no Senado, mais de uma vez citadas:

"Nada mais fácil do que, depois de fatos consumados, e conhecidos o terreno, a força e as manobras do inimigo, de longe, com toda a calma e sangue-frio, à vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos. Mas, o mesmo não acontece a quem se acha no terreno da guerra, caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturais. É preciso que os nobres senadores se convençam de que a Guerra do Paraguai foi feita às apalpadelas. Não havia mapas do país por onde se pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimento e explorações para se poder dar um passo."<sup>51</sup>

O militar, conhecedor dos sentimentos de honra, dever e lealdade — alguns dentre muitos que constituem o espectro das virtudes militares que lhe são transmitidas ao longo de toda uma vida — percebe, com nitidez, que a atitude dos políticos e jornalistas partidários, antes, durante e depois de ocorrer a Questão Caxias, influen-

ciou a oficialidade que lutava no Paraguai, principalmente a mais jovem, a despeito de suas ligações ou tendências partidárias, no sentido de uma ruptura com a classe política e as próprias instituições. Embora os autores defendam a posição de que a Questão Caxias não "abria um precedente nas relações civis-militares", é mais que razoável a ilação de que não combina com a formação militar, sobretudo a militares submetidos às adversidades da guerra — de uma guerra longa e difícil como a do Paraguai — aceitar passivamente críticas maledicentes e injustas ao seu comandante-em-chefe, mormente em se tratando da figura de Caxias, cuja brilhante folha de serviços prestados à Pátria vinha desde à manutenção da integridade territorial à consolidação e a pacificação do Império. A questão, sob o ponto de vista dos que combatiam o inimigo, fica mais acentuada, quando essas críticas partiam daqueles que, sem entender os problemas da guerra, a salvo, desfrutavam do conforto e das alegrias da Corte.

"O corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um sentimento de unidade corporativa, um novo sentido da sua importância, uma amargura para com os civis e talvez com uma visão do mundo mais ampla." E acrescenta o historiador norte-americano: "Os oficiais contrastavam seus sacrifícios e os de seus homens, com a corrupção dos políticos e tiravam daí as

amargas conclusões que deveriam guiá-los em suas atividades políticas no pós-guerra."<sup>52</sup>

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro, Globo, 1987, p. 471.
2. CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1957. p. 337.
3. SCHULTZ, Joh. O Exército e o Império. In: O BRASIL monárquico, 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Difel, 1985. v. 4, p. 254. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
4. Ibid. p. 235-6.
5. FAORO, Raymundo. Op. cit. op. 470.
6. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 248.
7. Ibid. p. 245.
8. Ibid. p. 246.
9. Ibid. p. 254.
10. Ibid. p. 247.
11. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 157.
12. FAORO, Raymundo, Op. cit. p. 285.
13. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 163.
14. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 299.
15. Ibid. p. 300.
16. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 182.
17. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1975. p. 463-6.
18. Ibid. p. 433, notas.
19. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: O BRASIL monárquico. 4. ed. São Paulo, Difel, 1985. v. 5, p. 33. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
20. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 387.
21. Ibid. p. 338.
22. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 33.
23. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 462 e notas.
24. Ibid. p. 642.
25. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 339.
26. Ibid. p. 339.

27. SOUZA JUNIOR, Antonio. A guerra do Paraguai. In. O BRASIL monárquico. 4. ed. São Paulo, Difel, 1986. v. 4, p. 306. (História geral da civilização brasileira, t. 2).
28. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 251.
29. CALÓGERAS, Pandiá, Op. cit. p. 341.
30. CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 113.
31. Ibid. p. 153 (Não há precisão na citação das fontes 30 e 31).
32. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 101.
33. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 644.
34. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 102.
35. Ibid. p. 102.
36. Ibid. p. 102-3.
37. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 653.
38. Ibid. p. 655-6.
39. Ibid. p. 656.
40. Ibid. p. 657.
41. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 473.
42. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 658.
43. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. p. 345.
44. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 108.
45. SOUZA JUNIOR, Antonio. Op. cit. p. 311.
46. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit. p. 109.
47. Ibid. p. 111.
48. Ibid.
49. Ibid.
50. CHIAVENATO, Julio Jose. Op. cit. p. 154.
51. NABUCO, Joaquim. Op. cit. p. 441.
52. SCHULTZ, John. Op. cit. p. 252.

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES é Almirante-de-Esquadra da Reserva Remunerada da nossa Marinha de Guerra.